

www.pwc.com.br

***RBR Plus Multiestratégia Real
Estate Fundo de Investimento
Imobiliário***

***(CNPJ nº 41.088.458/0001-21)
(Administrado pela BTG Pactual
Serviços Financeiros S.A. DTVM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e a Administradora
RBR Plus Multiestratégia Real Estate
Fundo de Investimento Imobiliário
(Administrado pela BTG Pactual Serviços
Financeiros S.A. DTVM)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) do exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

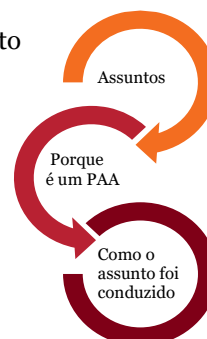
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário regulamentados pela Instrução CVM nº 516.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





RBR Plus Multiestratégia Real Estate
Fundo de Investimento Imobiliário
(Administrado pela BTG Pactual Serviços
Financeiros S.A. DTVM)

Porque um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários (CRI) (nota explicativa 3.3.1 e 5.2a)

A mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários foi considerada uma área de foco de auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, com o envolvimento de elevado nível de julgamento, por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas de mercado para valorização de instrumentos com pouca liquidez.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento do processo adotado pela Administração para a mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários.

Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de ativos dessa natureza, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo utilizada e analisamos a razoabilidade das principais premissas adotadas pela Administração na construção do modelo de precificação, em base de teste.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários está consistente com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário regulamentados pela Instrução CVM nº 516, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RBR Plus Multiestratégia Real Estate
Fundo de Investimento Imobiliário
(Administrado pela BTG Pactual Serviços
Financeiros S.A. DTVM)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



RBR Plus Multiestratégia Real Estate
Fundo de Investimento Imobiliário
(Administrado pela BTG Pactual Serviços
Financeiros S.A. DTVM)

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
 Signed By: MARCOS PAULO PUTINI:17668525807
CPF: 17668525807
Signer Role: Partner
Signing Time: 20 March 2023 | 22:08 BRT
 ICP-Brasil
369347577ED14911A11A54953C40F3F6

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário**CNPJ: 41.088.458/0001-21****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)****Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31/12/2022	% do PL	31/12/2021	% do PL
Circulante					
Aplicações financeiras					
De natureza não imobiliária					
Operações compromissadas	5.1	6.789	3,88%	1.776	4,12%
De natureza imobiliária					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	5.2	168.782	96,48%	41.189	95,60%
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII's	5.2	1.767	1,01%	-	0,00%
Ações de companhias abertas	5.2	15.853	9,06%	2.351	5,46%
Juros sobre capital próprio a receber		24	0,01%	-	0,00%
Outros créditos		1	0,00%	-	0,00%
Total do ativo		193.216	110,45%	45.316	105,18%
Passivo	Nota	31/12/2022	% do PL	31/12/2021	% do PL
Circulante					
Rendimentos a distribuir	7	3.400	1,94%	2.119	4,92%
Impostos e contribuições a recolher	11	7	0,00%	38	0,09%
Provisões e contas a pagar		869	0,50%	73	0,17%
Obrigações por operações compromissadas	16.3	14.003	8,00%	-	0,00%
Total do passivo		18.279	10,45%	2.230	5,18%
Patrimônio líquido					
Cotas de investimentos integralizadas	8.1	186.294	106,49%	42.600	98,87%
Gastos com colocação de cotas	8.4	(6.343)	-3,63%	(363)	-0,84%
Lucros (prejuízos) acumulados		(5.014)	-2,87%	849	1,97%
Total do patrimônio líquido		174.937	100,00%	43.086	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido		193.216	110,45%	45.316	105,18%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário**CNPJ: 41.088.458/0001-21****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)****Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido e valor patrimonial da cota

	Nota	31/12/2022	28/06/2021 a 31/12/2021
Ativos financeiros de natureza imobiliária			
Receita de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	5.2	14.757	4.673
Resultado em transações de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	5.2	125	-
Ajuste ao valor justo de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	5.2	(2.484)	421
Despesas de operações compromissadas (CRI)		(63)	-
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários - FIs	5.2	273	-
Despesas de IR s/ renda variável	10	(523)	(38)
Receitas de dividendos de ações de companhias abertas	5.2	51	-
Lucro em transações com ações de companhias abertas	5.2	3.475	188
Ajuste ao valor justo de ações de companhias abertas	5.2	(2.732)	(312)
Resultado com empréstimo de ações de companhias abertas		6	-
Juros sobre capital próprio de ações de companhias abertas		41	-
Resultado líquido de atividades imobiliárias		12.926	4.932
Outros ativos financeiros			
Receitas de operações compromissadas		1.398	54
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa	10	(311)	(12)
		1.087	42
Despesas operacionais			
Taxa de administração	6 e 10	(1.312)	(286)
Outras receitas/(despesas) operacionais	10	(91)	(39)
		(1.403)	(325)
Lucro líquido do exercício/período		12.610	4.649
Quantidade de cotas integralizadas	8.1	1.880.688	443.750
Lucro líquido por cota integralizada - R\$		6,70	10,48
Valor patrimonial da cota integralizada - R\$		93,02	97,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais

	Nota	Cotas de investimentos integralizadas	Gastos com colocação de cotas	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Cotas de investimentos integralizadas em 28 de junho de 2021	8.2	42.600	-	-	42.600
Gastos com colocação de cotas	8.4	-	(363)	-	(363)
Lucro líquido do período		-	-	4.649	4.649
Rendimentos apropriados	7	-	-	(3.800)	(3.800)
Em 31 de dezembro de 2021		42.600	(363)	849	43.086
Cotas de investimentos integralizadas	8.2	143.694	-	-	143.694
Gastos com colocação de cotas	8.4	-	(5.980)	-	(5.980)
Lucro líquido do exercício		-	-	12.610	12.610
Rendimentos apropriados	7	-	-	(18.473)	(18.473)
Em 31 de dezembro de 2022		186.294	(6.343)	(5.014)	174.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário**CNPJ: 41.088.458/0001-21****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)****Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2022	28/06/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Pagamento de taxa de administração		(512)	(239)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais		(91)	(13)
Pagamento (compensação) de IR s/ resgate de títulos de renda fixa		(304)	(12)
Caixa líquido das atividades operacionais		(907)	(264)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Rendimentos de operações compromissadas		1.398	54
Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliários - FIs	5.2	(1.494)	-
Aquisição de ações de companhias abertas	5.2	(42.373)	(3.202)
Vendas de ações de companhias abertas	5.2	29.614	727
Recebimento de dividendos de ações de companhias abertas		68	-
Aquisição de operações compromissadas certificados de recebíveis imobiliários - CRIs		13.940	-
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	5.2	(176.399)	(40.000)
Venda de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	5.2	40.507	-
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	5.2	5.803	-
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	5.2	14.894	3.905
IRRF sobre ganho de capital		(560)	-
Caixa líquido das atividades de investimento		(114.602)	(38.516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cotas de investimentos integralizadas	8.2	143.694	42.600
Pagamento de gastos com colocação de cotas integralizadas	8.4	(5.980)	(363)
Rendimentos distribuídos	7	(17.192)	(1.681)
Caixa líquido das atividades de financiamento		120.522	40.556
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.013	1.776
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício/período		1.776	-
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício/período		6.789	1.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. Contexto operacional

O RBR Plux Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo"), administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, foi constituído, sob forma de condomínio fechado, em 09 de junho de 2021, com prazo de duração indeterminado, nos termos da Instrução CVM nº 571 de 25 de novembro de 2015 que alterou a Instrução CVM nº 472 de 31 de outubro de 2008, tendo sido aprovado o seu funcionamento pela CVM em 28 de junho de 2021 e o início de suas atividades em 28 de junho de 2021.

O objeto do Fundo é aplicar nos seguintes ativos: (i) cotas de outros fundos de investimento imobiliário; (ii) quaisquer direitos reais sobre imóveis localizados no território nacional; (iii) ações, bônus de subscrição e certificados de desdobramentos, desde que se trate de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos fundos de investimento imobiliário; (iv) debêntures emitidas por emissores devidamente autorizados nos termos da Instrução CVM 472, cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos fundos de investimento imobiliário; (v) ações ou cotas de sociedades cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos fundos de investimento imobiliários ("SPE"); (vi) cotas de fundos de investimento em participações que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos fundos de investimento imobiliários ou de fundos de investimento em ações que sejam setoriais e que invistam exclusivamente em construção civil ou no mercado imobiliário; (vii) certificados de potencial adicional de construção emitidos com base na Instrução CVM 401, de 29 de dezembro de 2003; (viii) certificados de recebíveis imobiliários, desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado nos termos da regulamentação em vigor; (ix) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos fundos de investimento imobiliário, desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado nos termos da regulamentação em vigor; (x) letra hipotecárias; (xi) letras de crédito imobiliário; (xii) letras imobiliárias garantidas; (xiii) outros ativos, títulos e valores mobiliários admitidos nos termos da instrução CVM 472.

A gestão de riscos da Administradora tem suas políticas aderentes às práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na nota 4.

O Fundo não possui suas cotas negociadas na B3.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, incluindo a Instrução CVM 516 e demais orientações e normas contábeis emitidas pela CVM, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administradora do Fundo em 20 de março de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório.

O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

3.1 Classificação ativos e passivos correntes e não correntes

O Fundo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (iv) caixa e equivalentes de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

I. Data de reconhecimento

Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

II. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

III. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

IV. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

• Disponibilidades: saldos de caixa e depósitos à vista.

• Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

I. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados como para negociação são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

II. Reconhecimento de variações de valor justo

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

3.3 Aplicações financeiras de natureza imobiliária

3.3.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através de taxa de negociação. A variação no valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.3.2 Ações de companhias abertas

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na B3 S.A. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados na demonstração das evoluções do patrimônio líquido.

3.3.3 Cotas de fundos imobiliários

a) Negociadas na B3 S.A. - As cotas de fundos de investimento imobiliários são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3.

b) Não negociadas na B3 S.A. - As cotas de fundos de investimento imobiliários são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo onde os recursos são aplicados.

Os rendimentos são contabilizados em receita quando as cotas correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

3.4 Provisões e ativos e passivos contingentes

O Fundo, ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo. São reconhecidos no balanço quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem divulgação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

3.5 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa, de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.7 Operações compromissadas

As operações compromissadas são apresentadas pelo valor de aplicação e ajustadas diariamente, pelo rendimento apurado "pro-rata dia", em função do prazo da operação e valor de vencimento.

3.8 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser considerados mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, está descrita a seguir:

I) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas na nota explicativa 3.2 apresentam, informações detalhadas sobre "classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo".

3.9 Lucro (prejuízo) por cota

O lucro (prejuízo) por cota, apresentado na demonstração de resultado, é apurado considerando-se o lucro (prejuízo) do exercício dividido pelo total de cotas do Fundo integralizadas ao final de cada exercício.

4. Gerenciamento e riscos associados ao Fundo

4.1 Riscos associados ao Fundo

4.1.1 Risco de crédito

Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

4.1.2 Fatores macroeconômicos relevantes

Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de Cotas e/ou de distribuição dos resultados do Fundo ou (b) na liquidação do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, os Cotistas do Fundo, a Administradora e os Coordenadores, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, ou ainda, (c) caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas, causando os mais diversos impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do País. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- a. taxas de juros;
- b. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- c. flutuações cambiais;
- d. inflação;
- e. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- f. política fiscal;
- g. instabilidade social e política; e
- h. outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades do Fundo e os seus resultados, podendo inclusive vir a afetar adversamente a rentabilidade dos Cotistas.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

4.1.3 Risco de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas

Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento imobiliários estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco tributário engloba o risco de perdas decorrente da criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

4.1.4 Riscos jurídicos

Além disso, o Fundo poderá vir a ser parte em demandas judiciais relacionadas aos seus ativos, em especial, mas não se limitando, em relação aos imóveis integrantes de sua carteira, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. A título exemplificativo, tais demandas judiciais poderiam envolver eventuais discussões acerca do recebimento de indenização em caso de desapropriação dos imóveis, disputas relacionadas à ausência de contratação e/ou renovação pelos locatários dos imóveis dos seguros devidos nos termos dos contratos de locação e a obtenção de indenização no caso de ocorrência de sinistros envolvendo os imóveis, entre outras. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de eventuais demandas judiciais pode não ser alcançada em tempo razoável, o que pode resultar em despesas adicionais para o Fundo, bem como em atraso ou paralisação, ainda que parcial, do desenvolvimento dos negócios do Fundo, o que teria um impacto na rentabilidade do Fundo.

4.1.5 Risco de mercado

O valor dos ativos mobiliários que integram a carteira do Fundo, pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e eventuais avaliações realizadas em cumprimento a regulamentação aplicável e/ou ao Regulamento. Em caso de queda do valor dos imóveis, os ganhos do Fundo decorrente de eventual alienação dos ativos mobiliários, bem como o preço de negociação das Cotas de Fundos Imobiliários e CRI's no mercado secundário poderão ser adversamente afetados.

4.1.6 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. O Fundo não conta com garantias da Administradora ou de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, consequentemente, aos quais os Cotistas também poderão estar sujeitos. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo além de seus compromissos.

4.1.7 Risco tributário

De acordo com a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimentos imobiliários que tenham como incorporador, construtor ou sócio, cotista que detenha, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele relacionadas, percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas pelo Fundo, sujeitam-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, para fins de incidência da tributação corporativa cabível (IRPJ, CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e COFINS).

4.1.8 Risco de liquidez

Como os fundos de investimento imobiliário são uma modalidade de investimento ainda em desenvolvimento no mercado brasileiro, onde ainda não movimentam volumes significativos de recursos, seus investidores podem ter dificuldades em realizar transações no mercado secundário. Nesse sentido, o investidor deve observar o fato de que os fundos de investimentos imobiliário são constituídos na forma de condomínios fechados, não admitindo o resgate de suas cotas, senão quando da extinção do Fundo, fator este que pode influenciar na liquidez das cotas quando de sua eventual negociação no mercado secundário.

Além disso, o risco de liquidez consiste também na eventualidade do Fundo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos nas datas previstas.

4.2 Gerenciamento de riscos

Os ativos do Fundo envolvem riscos inerentes ao setor imobiliário, de oscilações dos valores dos ativos mobiliários, risco de liquidez, bem como risco de crédito relacionado aos ativos integrantes da carteira do Fundo.

4.2.1 Risco de crédito

A administradora utiliza no gerenciamento desses riscos, sistemas e métricas para mitigá-los, com acompanhamento de uma equipe competente, contando também com o Comitê de Precificação de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI's e por meio de acompanhamento dos projetos nos empreendimentos investidos e de seus resultados, bem como a supervisão da avaliação dos investimentos em relação aos similares no mercado. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez

4.2.2 Risco de liquidez

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

4.2.3 Risco de mercado

Os processos e serviços operacionais são interligados e supervisionados por profissionais experientes no mercado financeiro e imobiliário. Além disso, a Administradora é responsável pelo cumprimento das normas, assegurando que as exigências legais e regulatórias são devidamente seguidas, permitindo uma atuação preventiva em relação aos riscos do Fundo.

Apesar dos métodos e processos internos empregados pela Administradora, não há qualquer tipo de garantia de eliminação de perdas aos cotistas.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por:

5.1 De caráter não imobiliário

Operações compromissadas

31/12/2022	31/12/2021
6.789	1.776
6.789	1.776

Está composto por operações compromissadas de curtíssimo prazo vinculadas a Notas do Tesouro Nacional ("NTNB") com vencimento em 02/01/2023 (2021 - Vencimento em 03/01/2022)

5.2 De caráter imobiliário

- (a) Certificado de recebíveis imobiliários - CRIs
(b) Cotas de fundos de investimento imobiliários (FIIs)
(c) Ações de companhias abertas

31/12/2022	31/12/2021
168.782	41.189
1.767	-
15.853	2.351
186.402	43.540

(a) Certificado de recebíveis imobiliários (CRIs)

Certificados de recebíveis imobiliários, classificados como ativos financeiros para negociação, foram emitidos pela RB Capital, com amortizações mensais de juros, atualização monetária e principal, atualizados mensalmente com taxas efetivas de retorno da operação, apuradas com base nos valores de aquisição e fluxos previstos de amortização de principal e juros. A metodologia utilizada para a marcação a mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários existentes na carteira na data base está baseada no Manual de Marcação a Mercado da Administradora e considera as taxas praticadas pelos Market Makers desse tipo de valor mobiliário.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

Composição da carteira

As aplicações em certificados de recebíveis imobiliários estão compostas como a seguir:

31/12/2022										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em Carteira	Valor de curva	Valor de Mercado
Habitasec Securitizadora S.A.	19A0625067	(6)	AA	Série 131	01/10/19	17/01/2023	CDIE + 2.5%	16.200	16.298	16.298
Habitasec Securitizadora S.A.	19I0307144	(6)	AA	Série 167	09/03/19	03/11/2025	CDIE + 4.25%	10.000	2.565	2.683
Opea Securitizadora S.A.	20C1008009	(6)	AA-	Série 255	20/03/2020	20/03/2023	CDIE + 2.45%	13.273	11.569	11.569
Opea Securitizadora S.A.	21D0524815	(3)	AA-	Série 317	15/04/2021	22/05/2031	CDIE + 3.5%	5.000	5.019	5.019
Opea Securitizadora S.A.	21F0927565	(5)	A	Série 364	15/06/2021	28/06/2027	IPCA + 9%	35.121	33.348	31.628
Opea Securitizadora S.A.	21L1281680	(6)	A	Série 452	23/12/2021	26/12/2024	CDIE + 3.5%	16.000	15.077	15.076
Opea Securitizadora S.A.	22G0663573	(8)	A+	Série 1	07/12/22	28/07/2025	CDIE + 4%	16.600	15.530	15.522
Opea Securitizadora S.A.	22G1225383	(8)	BBB	Série 1	22/07/2022	26/08/2026	CDIE + 5%	12.500	12.518	12.494
True Securitizadora S.A.	22G1401749	(8)	A+	Série 1	24/08/2022	08/07/2029	CDIE + 3.25%	17.500	17.690	17.669
Opea Securitizadora S.A.	22I0207382	(8)	BBB+	Série 1	09/06/22	09/12/2023	CDIE + 9%	6.000	5.634	5.634
True Securitizadora S.A.	22I1423539	(5)	A+	Série 1	29/09/2022	15/09/2027	CDIE + 3%	16.400	15.872	15.498
True Securitizadora S.A.	22L1198359	(5)	A+	Série 1	20/12/2022	20/12/2027	CDIE + 3%	10.000	9.863	9.846
True Securitizadora S.A.	22L1198360	(5)	A+	Série 2	20/12/2022	20/12/2027	CDIE + 3%	10.000	9.863	9.846
								184.594	170.846	168.782
31/12/2021										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em Carteira	Valor de curva	Valor de Mercado
Opea Capital S.A.	21F0927565	6	n/a	Classe única	15/06/21	28/06/2027	IPCA + 9%	40.000	40.768	41.189
								40.000	40.768	41.189

As informações sobre os referidos CRI's encontram-se disponíveis nos sites dos respectivos emissores: HabitaSec (www.habitasec.com.br), Opea Capital (www.opecapital.com) e True Securitizadora (www.truesecuritizadora.com.br),

Composição por tipo de lastro e devedor

Emissor	Lastro	Devedor	Garantia	31/12/2022	31/12/2021
Habitasec Securitizadora S.A.	(6)	Helbor Incorporação	(k), (e), (h)	16.298	-
Habitasec Securitizadora S.A.	(6)	Sei Incorporação E Participações S.A.	(b), (j), (e)	2.683	-
Opea Securitizadora S.A.	(6)	Helbor Incorporação	(b), (c), (e), (k)	11.569	-
Opea Securitizadora S.A.	(3)	Share Artur De Azevedo Empreendimentos Spe Ltd	(b), (e), (g)	5.019	-
Opea Securitizadora S.A.	(5)	Lote 5	(a), (b), (c), (d), (e)	31.628	41.189
Opea Securitizadora S.A.	(6)	Yuny Incorporadora Holding S.A.	(c), (e)	15.076	-
Opea Securitizadora S.A.	(8)	Sei Incoporação E Participações S.A.	(b), (k), (g), (h), (e)	15.522	-
Opea Securitizadora S.A.	(8)	Patriani Incorporação 33 Spe Eireli	(b), (k), (g), (h), (e)	12.494	-
True Securitizadora S.A.	(8)	Tael Incorporações E Construções Ltda	(b), (c), (e), (g), (j), (k)	17.669	-
Opea Securitizadora S.A.	(8)	Tabas Tecnologia Imobiliária Ltda.	(h), (j), (e), (c)	5.634	-
True Securitizadora S.A.	(5)	Mrv Engenharia E Participações S.A.	(c), (e), (g)	15.498	-
True Securitizadora S.A.	(5)	Mrv Engenharia E Participações S.A.	(c), (e), (g)	9.846	-
True Securitizadora S.A.	(5)	Mrv Engenharia E Participações S.A.	(c), (e), (g)	9.846	-
				168.782	41.189

Legendas

- (1) - Lastro em financiamento imobiliário.
(2) - Escritura de Superfície
(3) - CCB
(4) - Contrato de Compra e Venda

- (5) - Pulverizado
(6) - Debenture
(7) - Contrato de locação
(8) - Nota Comercial

Regime de Garantias

- (a) - Regime fiduciário
(b) - Alienação fiduciária do imóvel
(c) - Coobrigação
(d) - Subordinação
(e) - Fundo de reserva
(f) - Hipoteca
(g) - Cessão Fiduciária de Recebíveis

- (h) - Aval
(i) - Fundo de overcollateral
(j) - Fiança
(k) - Alienação fiduciária de ações
(l) - Fundo de liquidez
(m) - Direito de retrocesso
(n) - Carta fiança

Movimentação do exercício/período

A movimentação ocorrida no exercício está descrita a seguir:

Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	40.000
Receita de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	4.673
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	(3.905)
Ajuste a valor justo de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	421
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.189
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	176.399
Venda de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	(40.507)
Receita de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	14.757
Resultado em transações de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	125
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	(14.894)
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	(5.803)
Ajuste a valor justo de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	(2.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168.782

(b) Cotas de fundos de investimento imobiliários

Cotas em Fundos de Investimentos Imobiliários são classificadas como ativos financeiros para negociação e são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3 e para os Fundos que não possuem cotação na B3, o Fundo contabiliza estas aplicações a valor justo por meio do resultado.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

Composição da carteira

As aplicações em fundos de investimento imobiliário estão compostas como a seguir:

31/12/2022						
Fundo	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Percentual das cotas detidas	Quantidade de cotas detidas	Valor de cota	Total
RBR DESENVOLVIMENTO COMERCIAL I	Não	Híbrido	0,77%	18.628	94,84	1.767
						1.767
Movimentação do exercício						
Saldo em 31 de dezembro de 2021						-
Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliários - FILS						1.494
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários - FILS						273
Saldo em 31 de dezembro de 2022						1.767

(c) Ações de companhias abertas

As ações de companhias abertas são classificados como ativos financeiros para negociação e são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado pela variação de cada dia, divulgada na B3.

31/12/2022						
Empresa	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Quantidade de ações detidas	% da ações detidas	Valor da ação	Total
Alianse Sonae Shopping Centers		(1)	546.000	0,01%	17,01	9.287
BR Malls Participações S.A.	Não	(1)	43.000	0,01%	6,53	281
Iguatemi S.A	Não	(1)	250.522	0,01%	18,5	4.635
Multiplan	Não	(1)	75.350	0,01%	21,9	1.650
						15.853
31/12/2021						
Empresa	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Quantidade de ações detidas	% da ações detidas	Valor da ação	Total
Alianse Sonae Shopping Centers		(1)	35.800	0,01%	21,66	775
BR Malls Participações S.A.	Não	(1)	100.800	0,01%	8,31	838
Multiplan	Não	(1)	39.400	0,01%	18,72	738
						2.351

(1) Administração de Shopping Centers

Movimentação do exercício/período	3.202
Aquisição de ações de companhias abertas	(727)
Vendas de ações de companhias abertas	188
Lucro em transações com ações de companhias abertas	(312)
Ajuste ao valor justo de resultado de ações de companhias abertas	2.351
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.373
Aquisição de ações de companhias abertas	(29.614)
Vendas de ações de companhias abertas	3.475
Lucro em transações com ações de companhias abertas	(2.732)
Ajuste ao valor justo de resultado de ações de companhias abertas	15.853
Saldo em 31 de dezembro de 2022	

6. Encargos e taxa de administração

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de administração	1.312	286
	1.312	286

A Administradora, faz jus a uma remuneração variável, à razão de 1/12 avos, calculada (a.1) sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Fundo conforme tabela abaixo; ou (a.2) caso as cotas do Fundo tenham integrado ou passado a integrar, no período, índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro das cotas emitidas pelo Fundo, como por exemplo, o IFIX, sobre o valor de mercado do Fundo, calculado com base na média diária da cotação de fechamento das cotas de emissão do Fundo no mês anterior ao do pagamento da remuneração ("Base de Cálculo da Taxa de Administração") que engloba os serviços de administração, gestão e custódia, que deve ser pago diretamente à Administradora, observado o valor mínimo mensal de R\$ 20, atualizado anualmente segundo a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir do mês subsequente à data de funcionamento do Fundo.

Início da faixa	Final da faixa	Taxa
-	150.000,00	1,30%
150.000,01	350.000,00	1,29%
350.000,01	600.000,00	1,28%
600.000,01	800.000,00	1,27%
800.000,01	1.000.000,00	1,26%
Acima de 1.000.000,00	-	1,25%

Adicionalmente é cobrado o valor equivalente a até 0,05% ao ano à razão de 1/12 avos, calculada sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Fundo, contudo, a um mínimo de R\$5 mensais, valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IGP-M, correspondente aos serviços de escrituração das cotas do Fundo, a ser pago a terceiros. ("Taxa de Escrituração").

A Taxa de Administração é calculada e paga mensalmente, até o 5o dia útil de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do início das atividades do Fundo, considerada a primeira integralização de cotas do Fundo, vencendo-se a primeira mensalidade no 5o dia útil do mês seguinte ao da primeira integralização de cotas do Fundo.

Além da remuneração que lhe é devida nos termos do caput, o Gestor faz jus a uma taxa de performance ("Taxa de Performance"), a qual será apropriada mensalmente e paga semestralmente, até o 15o dia útil do 1o mês do semestre subsequente, diretamente pelo Fundo ao Gestor, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas. A Taxa de Performance é calculada de acordo com fórmula descrita no regulamento do Fundo.

No Fato Relevante datado de 03 de maio de 2022 informou-se que a Gestora decidiu, de forma voluntária, renunciar aorecebimento da Taxa de Performance apurada até março de 2022 (relativa ao primeiro semestre de 2022)

No Fato Relevante de 03 de fevereiro de 2023, informou-se aos cotistas e ao mercado em geral que:

- a Gestora, condicionou voluntariamente o recebimento da sua taxa de gestão até que os cotistas do Fundo recebam R\$ 12,00 (doze reais) de rendimentos por cota no período de 12 meses contados do encerramento da Oferta.
- a Gestora, de forma voluntária, renunciou ao recebimento da Taxa de Performance apurada em dezembro de 2022 (relativa ao segundo semestre de 2022)

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

7. Política de distribuição dos resultados

O Fundo deve distribuir a seus cotistas, no mínimo, 95% dos resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. O resultado auferido num determinado período pode, a critério do Gestor, ser distribuído aos cotistas, mensalmente, sempre no 16º dia útil do mês subsequente ao do recebimento dos recursos pelo Fundo, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos, sendo que, eventual saldo de resultado não distribuído como antecipação poderá ser pago no 16º Dia Útil dos meses de fevereiro e agosto, observado o disposto nos itens (a) e (b), além de poder o saldo ter outra destinação dada pela Assembleia Geral. O montante que (a) exceder a distribuição mínima de 95% dos lucros auferidos no semestre, nos termos da Lei no 8.668/93, conforme alterada, e (b) não seja destinado à Reserva de Contingência, pode ser, a exclusivo critério da Administradora e do Gestor e independentemente de aprovação da Assembleia Geral, investido em Ativos de Liquidez para posterior distribuição aos cotistas, ou reinvestido na aquisição de Ativos Imobiliários.

O saldo de rendimentos a distribuir foi calculado como segue:

Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício/período	12.610	4.649
Ajuste de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	137	(768)
Ajuste ao valor justo de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs	2.484	(421)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliários - FII's	(273)	-
Ajuste ao valor justo de ações de companhias abertas	2.732	312
Despesa com taxa de administração não paga	811	-
Outras despesas/receitas operacionais	(28)	28
Lucro base caixa - art. 1, p.u., da lei 8.668/93 (ofício CVM 01/2014)	18.473	3.800
Rendimentos apropriados	18.473	3.800
Rendimentos a distribuir	(3.400)	(2.119)
Rendimentos de períodos anteriores pagos no exercício	2.119	-
Rendimentos líquidos pagos no exercício/período	17.192	1.681
Rendimentos médio pagos por cota (valores expressos em reais)	9,14	3,79
% do resultado exercício distribuído (considerando a base de cálculo apurada nos termos da lei 8.668/93)	100,00%	100,00%
Diferença entre a distribuição declarada e distribuída	-	-

8. Patrimônio Líquido

8.1 Cotas de investimentos integralizadas

Cotas de investimentos integralizadas

31/12/2022		31/12/2021	
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
1.880.688	186.294	443.750	42.600
1.880.688	186.294	443.750	42.600

Valor por cota (valor expresso em reais)

8.2. Emissão de novas cotas

Após a 1ª Emissão, a Administradora pode, após ouvidas as recomendações do Gestor, realizar novas emissões de cotas no montante total de até R\$ 5.000.000, para atender à política de investimentos do Fundo, independentemente de prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas ("Nova Emissão"). A decisão relativa à eventual Nova Emissão de cotas será comunicada aos cotistas formalmente pela Administradora. O comunicado a ser enviado pela Administradora, nos termos acima, deve dispor sobre as características da emissão, as condições de subscrição das cotas e a destinação dos recursos provenientes da integralização.

A primeira emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 42.600 com valor unitário de R\$ 96,00, totalizando 443.750 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 09 de junho de 2021 e encerrada em 14 de julho de 2021. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R\$ 363, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

A segunda emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 143.694 com valor unitário de R\$ 100,00, totalizando 1.436.938 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 13 de junho de 2022 e encerrada em 19 de julho de 2022. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R\$ 5.980, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

8.3. Amortização de cotas

As cotas podem ser amortizadas, mediante (i) comunicação da Administradora aos cotistas após recomendação nesse sentido pelo Gestor; ou (ii) deliberação em assembleia geral de cotistas, em qualquer caso proporcionalmente ao montante que o valor que cada cota representa relativamente ao patrimônio líquido do Fundo, sempre que houver desinvestimentos ou qualquer pagamento relativo aos ativos integrantes do patrimônio do Fundo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 28 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, não houve amortização de cotas.

8.4 Gastos com colocação de cotas

	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com colocação de cotas	6.343	363
	6.343	363

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Fundo incorreu em gastos com colocação de cotas no montante de R\$5.980 (R\$ 363 no período de 28 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021), registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

8.5. Reserva de contingência

Para suprir inadimplências e deflação em reajuste nos valores a receber do Fundo e arcar com as despesas extraordinárias, se houver, pode ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Entende-se por despesas extraordinárias aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros relacionados ao do Fundo. Os recursos da Reserva de Contingência são aplicados em cotas de fundos de renda fixa e/ou títulos de renda fixa, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima. Para constituição ou recomposição da Reserva de Contingência, será procedida a retenção de até 5% do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 28 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, o Fundo não constituiu reserva de contingência

9. Retorno sobre patrimônio líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício/período	12.610	4.649
Patrimônio líquido inicial	43.086	-
Adições/deduções		
Cotas de investimentos integralizadas	143.694	42.600
Gastos com colocação de cotas	(5.980)	(363)
	137.714	42.237
Retorno sobre patrimônio líquido do Fundo (*)	6,97%	11,01%

(*) Apurado considerando-se o lucro líquido (prejuízo) sobre o patrimônio líquido inicial do Fundo adicionado das cotas integralizadas, deduzido das amortizações e gastos com colocação de cotas, caso esses eventos tenham ocorrido.

RBR Plus Multiestratégia Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário
CNPJ: 41.088.458/0001-21
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 28 de junho de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

10. Encargos debitados ao Fundo	31/12/2022		31/12/2021	
	Valores	Percentual	Valores	Percentual
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa	311	0,28%	12	0,01%
Despesas de IR s/ renda variável	523	0,48%	38	0,03%
Taxa de administração	1.312	1,20%	286	0,26%
Despesas/(receitas) operacionais	91	0,08%	39	0,04%
	2.237	2,04%	375	0,34%
	109.506		42.981	

Patrimônio líquido médio do exercício

11. Tributação

De acordo com a legislação em vigor, a Instrução Normativa RFB 1.585 de 31 de agosto de 2015, em seu artigo 36: Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte de acordo com as mesmas normas previstas para as aplicações financeiras das pessoas jurídicas.

De acordo com o artigo 37 da referida Instrução Normativa, os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à alíquota de 20% (vinte por cento).

Ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, artigo 40 da IN 1.585.

Impostos e contribuições a recolher (*)

31/12/2022	31/12/2021
7	38
7	38

(*) Referem-se a imposto de renda a pagar sobre ganho de capital na venda de títulos de renda variável.

12. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo cuja probabilidade de perda para o Fundo seja possível ou provável.

13. Serviços de custódia e tesouraria

O serviço de tesouraria e escrituração e custódia das cotas do Fundo são prestados pela própria Administradora

14. Partes relacionadas

Durante o exercício, o Fundo realizou transações com partes relacionadas descritas nas Notas 5.1, 5.2, 6 e 13.

15. Demonstrativo ao valor justo

O Fundo aplica o CPC 46 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

. Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

. Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

. Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

As tabelas abaixo apresentam os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo:

Ativos	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Operações compromissadas	-	6.789	-	6.789
Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	-	168.782	-	168.782
Ações de companhias abertas	15.853	-	-	15.853
Cotas de fundos de investimento imobiliário - FILs	1.767	-	-	1.767
Total do ativo	17.620	175.571	-	193.191
Ativos	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Operações compromissadas	-	1.776	-	1.776
Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	-	41.189	-	41.189,00
Ações de companhias abertas	2.351	-	-	2.351
Total do ativo	2.351	42.965	-	45.316

As demonstrações das mudanças das Operações Compromissadas, Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, Cotas de fundos de investimento imobiliário - FILs e ações de companhias abertas estão demonstradas nas notas 5.1 (Aplicações financeiras de caráter não imobiliário) 5.2 (Aplicações financeiras de caráter imobiliário) respectivamente.

16. Outras informações

16.1 Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que o Fundo, no exercício de 2022, contratou a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes S.S. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

16.2 A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais, trimestrais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

16.3 O saldo de obrigações por operações compromissadas monta R\$ 14.003 e está composto por operações com lastro em CRIs, com volta entre 12 de janeiro e 15 de março de 2023.

16.4 A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 08 de abril de 2022 alterou o Artigo 5º parágrafo 2º do regulamento do Fundo, prevendo a possibilidade de investimento em cotas de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais - imobiliários (FIAGRO - imobiliários)

17. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2022 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administradora do Fundo, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.

Mayara Lopes
Contadora
CRC: SP- 292201/O-0

Allan Hadid
Diretor
CPF: 071.913.047-66

Certificate Of Completion

Envelope Id: FA4575D20B364AEE991ADE9752B017D4

Status: Completed

Subject: 41.088.458_0001-21 - RBR PLUS MULTIEST REAL ESTATE FII.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 16

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Jefferson Pereira

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

jefferson.pereira@pwc.com

IP Address: 54.94.237.112

Record Tracking

Status: Original

20 March 2023 | 22:00

Holder: Jefferson Pereira

jefferson.pereira@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

20 March 2023 | 22:09

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Marcos Paulo Putini

marcos.paulo@pwc.com

Sócio

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Signer CPF: 17668525807

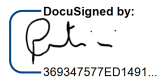
Signer Role: Partner

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



369347577ED1491...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 54.94.244.235

Timestamp

Sent: 20 March 2023 | 22:01

Viewed: 20 March 2023 | 22:08

Signed: 20 March 2023 | 22:09

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Jefferson Pereira

jefferson.pereira@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 20 March 2023 | 22:09

Viewed: 20 March 2023 | 22:09

Signed: 20 March 2023 | 22:09

Witness Events**Signature****Timestamp**

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	20 March 2023 22:01
Certified Delivered	Security Checked	20 March 2023 22:08
Signing Complete	Security Checked	20 March 2023 22:09
Completed	Security Checked	20 March 2023 22:09

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------